

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 67.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 29 de maio de 1971 — (Sábado)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

Às 9,00 horas é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Marroel, Gilberto Carvalho, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Odilon Reinhard, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Nelson Buffara, Domicio Scaramella, Álvaro Dias, Antônio Beinatti, Hélio Manfrinato, Igo Losso, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger e Sebastião Rodrigues Júnior (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

Redação final — da Proposição n. 15-71 — Mensagem Governamental n. 8-71, proposta de Emenda à Constituição do Estado.

(Publicada no Avulso n.º 4, do "Diário da Assembléia").

Está em discussão.

Sobre a mesa, Emergida à Redação Final, de autoria do sr. deputado Muggiati Filho. Solicito ao sr. 1.^o Secretário a leitura da mesma.

O SR. 1.^o SECRETARIO — (Lendo):

"Emenda de Redação à Proposição n. 15-71 — Emenda Constitucional n. 3.

— Nova redação ao parágrafo único do art. 68.

§ ÚNICO — Verificada a hipótese da falta de vaga para a colher funcionária, cujo marido não sendo servidor público, fôr removido ou transfe-

rido em razão do seu emprego, terá ela preferência anotada para ocupar a primeira vaga que se abrir.

Obs: Argüi questão sobre oportunidade emenda redação na sessão de 28-5.
(a) Muggiati Filho"

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão a Redação Final e a Emenda.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Para discutir. Sr. Presidente, srs. Deputados.

Pedimos a palavra para discutir a Emenda, apresentada porque a sua oportunidade é de uma clareza meridiana. Vejamos porque, srs. Deputados, este parágrafo único, do artigo 68, ficaria assim redigido, se a Emenda não fôr hoje aprovada pelos srs. Deputados.

Para maior elucidação lerei o artigo:

"As mulheres será assegurada transferência para o domicílio da família, se o marido também fôr funcionário público ou se a natureza de seu emprego assim o exigir".

Aquêle marido que não é funcionário público, que trabalha numa organização e, por força do serviço, desde que sejam observadas as leis trabalhistas, é removido para lugar distante, a despeito de ali haver necessidade ingente de regente de classe, quando é a esposa professora, não pode a mesma pleitear junto à Secretaria a que está lotada esta sua transferência; não poderia invocar o Estatuto dos Funcionários Públicos e não poderia invocar a Lei Maior, de vez que até aqui só a esposa de funcionário, no caso de ser removido, é que teria condição de pleitear a remoção.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). A Emenda, nobre Deputado, vem realmente beneficiar uma área que estava praticamente sem amparo legal. É de uma importância extraordinária, haja visto o caso da esposa de um funcionário das Casas Pernambucanas, por exemplo, que tem dezenas de anos de serviço prestados àquela firma. As vezes, por interesse da firma, é removida de Londrina a Cambará, e a esposa professora tem agora, por esta Emenda, condições de pleitear a sua remoção. É realmente de um alcance extraordinário e vem beneficiar uma área que até então tinha dificuldade em solicitar um atendimento justo, pois tinha até agora um tratamento quase que desumano.

O SR. ARTHUR DE SAUZA — Agradeço o aparte do sr. deputado Pinto Dias, já com vários mandatos nesta Casa e, por conseguinte, no trato diário de casos como este, que nós todos deparamos a todo o momento. Sabe S. Exa., como sabem os demais Pares, a oportunidade da medida.

Depois de citado o artigo, prender-nos-emos ao § único. A sua redação estava assim: "Verificada a hipótese da falta de vaga para a mulher funcionária, não casada com servidor público, cujo marido foi removido em razão de seu emprego, terá ela preferência anotada para ocupar a primeira vaga que se abrir".

A Emenda verificada a hipótese de vaga para a mulher funcionária, cujo marido, não sendo funcionário público, foi transferido por razão de seu emprego e que terá a preferência anotada para a primeira vaga que se abrir. Os interesses são mais consolidados. É verdade que deixa um lapso, porque diz: "terá a preferência anotada para a primeira vaga que se abrir, caso não haja vaga". Quando no caso do servidor público é peremptório, não pode se cogitar se há ou não vaga. A esposa de funcionário, que é funcionária, tem o direito assegurado. Ainda que seja apenas uma válvula, nós acreditamos que, uma vez dado esse direito remoto, com a boa vontade do homem brasileiro e, especialmente daqueles que, na função pública, estão acostumados a um tratamento mais humano para com seus funcionários, terão a maior boa vontade no caso de, se abrir uma vaga, atender a essa funcionária.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Está

havendo certa dúvida, se esse artigo foi aprovado ou não. E já que V. Exa. está abordando este assunto, gostaria que nos informasse.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — O artigo foi aprovado, e seu § único também havia sido aprovado. Nós estamos discutindo uma Emenda à redação final do § único deste artigo.

Então se aprovada esta Emenda, o § único desse artigo será modificado.

Agradeço aos nobres Deputados a atenção que me concederam, e peço que atendam esta minha reivindicação.

Sr. Presidente, nós fomos alertados pelo nobre deputado Xenofonte Villanueva sobre um novo aspecto que merece a acolhida e a análise desta Casa. Disse-me S. Exa. que poderá ocorrer, e nós acreditamos que sim, o caso do marido de uma funcionária precisar de mudar de um centro menor para um maior. E nós sabemos que essas remoções de uma cidade menor para uma maior são difíceis; por exemplo, professoras com 15 ou 20 anos de serviço público no Interior, quando desejam vir para a Capital, ou para Londrina — e quando falamos em Londrina dizemos Capital, porque Londrina é, inagavelmente, a Capital do Café, dificilmente conseguem remoção.

Mas, poderia ocorrer um expediente, qual seja, o marido conseguiria um emprego numa firma do Interior, mas que tivesse casas também na Capital. Então esse marido de funcionária pediria, depois de 15 dias ou um mês, ele pediria remoção para a Capital. E isso seria uma forma de forçar a vinda da esposa, funcionária, para a Capital.

O deputado Xenofonte Villanueva nos alertou sobre esse aspecto e pediu-nos que se incluisse neste parágrafo a obrigatoriedade do esposo da funcionária ser empregado da firma pelo menos há dois anos. Com isso cercear-se-ia uma manobra muito usada.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, depois de dois anos, a própria funcionária tem direito a remoção.

Entendi muito bem. Acontece que aí nesse artigo, já dá direito à remoção da professora, quando é casada com funcionário, ou mesmo, não sendo funcionário público, mas de uma firma particular. Simplesmente quer modificar "mulher não casada", para "mulher cujo marido não seja funcionário público".

Mas, creio que essa Emenda vai desvirtuar esse direito que está dando à professora, de dois anos. Geralmente um funcionário entra numa firma e, sendo removido, com a aprovação dessa Emenda, tira o direito da professora de vir à Capital.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Mas a remoção da professora, não tem nada que ver com esse caso.

O sr. Gilberto Carvalho — Segundo o que propõe o deputado Xenofonte Villanueva, deve estabelecer que o marido seja funcionário há dois anos. Sendo 1 ano, então, a professora não terá direito à remoção.

O sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero louvar a intenção de V. Exa., e dos nobres Deputados que o apartearam, mas há aí um aspecto legal.

Entendo que essas minúcias de que V. Exa. está falando, não podem, e fica até feio, figurar numa Constituição. Será tratado isso na regulamentação do texto Constitucional.

O SR. ARTHUR DE SOUBZA — A redação seria apenas essa: "cujo marido, não sendo servidor público, for removido ou transferido, em razão de seu emprego". Então, acrescentar-se-ia: "não sendo servidor público, mas funcionário há dois anos de firma..."

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, esse princípio de assegurar à mulher, funcionária pública, casada com um funcionário, foi objetivo de uma Emenda, que está já recolhida ao corpo da Constituição. É matéria já decidida, é matéria que nós

mesmos votamos. O que está ocorrendo, é simplesmente alteração de redação. Ao invés de "mulher não casada com funcionário público", passa-se a ler "mulher casada com não funcionário público". O princípio já está assegurado, é só alterar a redação.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — V. Exa. tem razão. Queremos dizer que louvamos o cuidado do sr. deputado Xenofonte Villanueva, e prometemos a S. Exa. fazer a apreciação que S. Exa. pretende. De modo que, não há dúvida que a intenção do Deputado seria louvável, seria de forma a evitar certas manobras que poderiam ser feitas. De modo que fica apenas uma opinião aventada, que entendemos perfeitamente inoportuna neste momento, quando o Projeto já está nesta fase.

O sr. Pinto Lias — V. Exa., permite o caso de uma professora que leia a impressão de que realmente há uma série assim de minúcias que devem ser regulamentadas. Veja bem V. Exa., o caso de uma professora que leciona no interior e é solteira. Mas o noivo é funcionário do Banco do Brasil, em outra cidade. Depois do matrimônio, como o marido não residia naquela cidade, evidentemente ela não estará amparada para sua remoção. Então, na Regulamentação, pode-se assegurar todos aqueles casos que são realmente sérios e de interesses.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — V. Exa. tem muita razão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para discutir, ao sr. deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Hoje é o encerramento deste capítulo tão rápido, da discussão da nossa nova Constituição. Para nós, que ocupamos uma posição diferente da maioria desta Casa, mas respeitamos a opinião alheia, vergamos hoje sob o número e o peso esmagador desta maioria. Entretanto, sr. Presidente, estranho e me deixa temeroso a forma como foi estudada esta Emenda Constitucional. Não vejo nela nada de mais. Talvez não tenha perspicácia bastante, não vejo nada de mais que possa prejudicar ao Estado do Paraná, contando que o Poder Executivo queira de fato ser um Poder Executivo, na altura que nós conhecemos, e nós temos esperança que isto aconteça. Mas, estranhamos a pressa provocada pelo Poder Executivo, fazendo com que esta Casa sofresse os maiores tipos de agressão. Não compreendemos, na votação de uma Carta Constitucional, que é um dos dois últimos fatores por que a Assembléia tem razão de existir, é a Constituição Estadual e o estudo do Orçamento. O resto tudo que nos sobra é muito pouco. Não estou olhando sob este ponto. Não sei porque o Governo fizesse tanta pressão, que fez com que um Líder do gabarito de João Mansur, pressionasse Deputados da sua bancada, pressionasse Deputados do MDB e, constrangido, não sei porque, um Deputado de um padrão excepcional como Armando Queiroz, que passou 20 dias, 20 noites acordado para estudar cada Emenda de per si, numa pressa que não se explica, e que tenha, depois de dado o seu Parecer, sofrido o crivo do Poder Executivo.

Não sei porque o sr. Governador do Estado, Parlamentar há tanto tempo como eu, há 20 anos, com 4 mandamentos cumpridos, tenha esquecido, ao deixar o Parlamento, esta função, esta ação de poder escolher, sem o crivo do Executivo, a sua Constituição.

Não sei porque, que sob um aqodamento que não se explica, tenha a Comissão de Redação Final sido convocada, sem haver matéria na Comissão; não posso compreender uma Comissão convocada sem matéria, não posso compreender, porque estas sessões naturais, extraordinárias, fora de hora por quê? O final seria exatamente o mesmo, e é com isso que a gente fica temeroso, como se parecesse ao Poder Executivo que não se poderia governar o Estado com a Constituição que temos, que vai ser realmente uma maravilha com a próxima. Eu acho que elas se equivalem, não vejo mal

nenhum, porque acho que o que depende mais no Estado, é o Poder Executivo e o Legislativo; portanto, não vejo necessidade da pressa, dêste andamento havido no decorrer desta votação.

E outra coisa, srs. Deputados. Já começamos o rito da votação da Emenda Constitucional, para darmos à Constituição, que é a alta Lei do Estado, um rito de duas votações, quando, por uma simples lei autorizatória, todos nós temos que ter três votações e tem que passar pelo crivo de três ou quatro Comissões.

Não compreendemos como um homem democrático, liberal, formidável, como é o Presidente Wilson Fortes, perdeu, em certas ocasiões, em certos momentos a serenidade de Juiz, para comandar esta Assembléia de forma prepotente. Não compreendemos como o sr. Governador tenha feito aos srs. Deputados todo êste constrangimento. Tenho certeza absoluta que o Presidente Wilson Fortes, inclusive os deputados João Mansur, Armando Queiroz e Emilio Carazzai, ficaram sumamente constrangidos de usar êstes recursos, recursos Parlamentares. Eu não vejo mal nenhum, estou inclusive defendendo os srs. Deputados, mas o que não posso compreender, é como esta Assembléia tenha feito um trabalho assim com tôda esta pressa.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estou ouvindo o pronunciamento de V. Exa., e quero dizer que fui um dos integrantes daquela Comissão Especial, que jamais recebeu qualquer pressão de S. Exa. o sr. Governador. Eu acho um erro sim, quando S. Exa. mandou para cá as Emendas Constitucionais, mandou o texto completo da Constituição. Porque se êle mandasse simplesmente as Emendas, não teria dado tanto barulho, inclusive a Constituição seria aprovada, sem direito a tantas Emendas apresentadas. Foi a maneira liberal de como expôs a esta Casa os motivos, sem fazer pressões a quem quer que seja.

O sr. deputado Emilio Carazzai presidiu com tanto brilhantismo aquela Comissão Especial, dando tôdas as condições; inclusive o sr. deputado Muggiati Filho, que fêz parte daquela Comissão, se pronunciou no último dia, concedendo mais uma hora e meia, que foi concedida também aos srs. Deputados que não faziam parte da Comissão; todos êles faziam seus pronunciamentos, colaborando assim para o bom andamento dos trabalhos realizados. ah. O sr. deputado Muggiati Filho falou desde o início; nunca tivemos nós é os srs. Deputados da oposição, tanta cobertura como tivemos agora na votação desta Constituição. Realmente, houve uma pressa tremenda para acabar de uma vez por tôdas com esta votação. Para que iniciássemos os trabalhos tranquilos, em benefício do desenvolvimento do nosso Estado. E tudo ocorreu, graças a Deus, sem haver pressão por parte de quem quer que seja, a qualquer um dos srs. Deputados.

Era o aparte.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, eu estou encaminhando a votação, ou discutindo?

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está discutindo, nobre Deputado.

O SR. PAULO CAMARGO — A Constituição é matéria vencida e não é permitido pelo Regimento Interno votar matéria vencida.

Não vejo necessidade desta pressa para se votar a Constituição. O que me deixou aborrecido durante a tramitação da matéria, foi não termos podido discutir cada uma das nossas Emendas. Isto não perdôo à Casa. Podiam ser rejeitadas, a maioria podia resolver isto, porém era uma obrigação que nós, como Deputados, tínhamos e temos para com o Paraná: defender, da melhor forma, a sua Constituição.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Solicitei êste aparte apenas para me "excluir" das afirmações do deputado Gilberto Carvalho de que se "tinha necessidade de votar com pressa tremenda a Constituição" para evitar que a oposição, acobertada pela imprensa, distorcesse os fatos. Absolutamente, não me incluo nisto. A Comissão Es-

pecial preparou o Parecer e concluiu com a apresentação de um Substitutivo. Examinei o Substitutivo e, convencido da sua necessidade, votei tranquilo, democrática e livremente, não com "pressa tremenda".

Quanto a liberdade que, também afirmou o deputado Gilberto Carvalho, tenha usado o Presidente da Comissão Especial em permitir que outros Deputados não integrantes da Comissão participassem dos debates, tenho a dizer que não houve liberalidade. Isto é preciso que saiba o deputado Gilberto Carvalho, para não pretender vir aqui e dar lições. É regimental, é um direito que tem o Deputado de participar da reunião das Comissões e um direito que tem o Deputado de participar da reunião das Comissões e

O SR. PAULO CAMARGO — Deputado Erondy Silvério, deixei passar o que disse o sr. deputado Gilberto Carvalho porque muita coisa já havia passado. Já chega o que aqui tivemos ontem. Como o nobre Deputado falou no assunto, vou aproveitar. O sr. deputado Gilberto Carvalho disse que o sr. Governador não influíu. O nobre Deputado pode não saber, mas o Governador do Estado chamou a si cada Emenda, para estudar e dar a sua feição. V. Exa. talvez não saiba disto.

Não vou mais rebater, estou apenas me desabafando um pouquinho. Não discuto a Constituição, porque é matéria vencida, conforme decisão da maioria. Votei com a consciência tranquila e estou conformado, como já disse. O que me deixou aborrecido foi não podermos defender nossas Emendas, pois a nossa obrigação precípua, a maior da Assembléia, é votar com a máxima perfeição a nossa Constituição. Não se tinha o direito, sob o pretexto de mais ou menos horas, cercear o direito de cada um de nós de discutir as suas Emendas, contando que fôsse para melhorar a nossa Constituição. Isto seria — não é um fato político, é um fato nosso. Nós tínhamos que dar uma feição à nossa Carta Magna, isto é, da forma que nós pudéssemos dar, sem nos bitolarmos por governo ou por oposição.

Era esta apenas a posição que eu defendo.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Justamente sobre a discussão das Emendas. Há um axioma de direito que, traduzido em latim, diz mais ou menos o seguinte: "o Direito não protege aquele que não o invoca no momento oportuno".

Eu diria a V. Exa., V. Exa. se queixa que não teve oportunidade de discutir a Emenda que apresentou...

O SR. PAULO CAMARGO — Não estou me queixando da minha Emenda. Estou falando de todas as Emendas, mesmo que as minhas não passassem, não tinha importância.

O sr. Arthur de Souza — Só queria dizer que, quando o Projeto estava sendo discutido, este Deputado que tinha uma Emenda, a de número 104, inscreveu-se para falar, discutiu-a e pediu destaque, lá pelas duas horas da manhã. Assumi a Tribuna e discuti minha Emenda.

O SR. PAULO CAMARGO — E o que adiantou discuti-la, se ela foi votada em bloco? A sua, a do sr. deputado Paulo Poli, a do sr. deputado Gilberto Carvalho, não foram apreciadas. Nós não tínhamos o direito de impor tempo. Nós temos 4 anos de mandato e não temos o que fazer nesta Assembléia. Não temos o direito, por questão de horas, de dias, de...

O sr. Arthur de Souza — A minha Emenda foi discutida, tive ocasião de fazer a sustentação, da Tribuna, e assim, qualquer deputado poderia fazê-lo.

O SR. PAULO CAMARGO — V. Exa. fez o seu pronunciamento e ficou muito bem. Mas não teve função nenhuma; não pudemos votar sua Emenda. Estaria com ela, talvez.

O sr. Arthur de Souza — Entre discutir e votar, existe muita distinção.

O SR. PAULO CAMARGO — Podia até votar contra. Mas V. Exa. não teve oportunidade de ver votar sua Emenda. Quando foi votado o Substitutivo em bloco, as nossas Emendas — porque as minhas e algumas foram aproveitadas no Substitutivo; as suas também; mas...

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. não quer dizer discutir? Quer dizer votar.

O SR. PAULO CAMARGO — Discussão morta não adianta. Não adianta ficar 25 horas, como ficou o MDB, discutindo sem poder votar. Não interessa; não é isso que eu queria. Eu achava que a Assembléia devia mesmo ter perdido, nem que fôsse um mês, para aprimorar a sua Constituição. Este o único ponto que me queixo. Porque a parte vencida é perfeita; é uma parte política. Nós estávamos numa posição; fomos vencidos por uma outra posição; somos minoria e nos conformamos. Não sou eu, não é a oposição, são todos os Deputados. Tivemos muitas Emendas que podiam ter sido aproveitadas, aprimorando a Constituição. Este é o aspecto que eu me queixo. Não compreendo o açodamento, a pressa. Parece que o Estado está parado, emperrado, esperando essa Emenda Constitucional. Não é esse o caso. Pode ser até que eu esteja errado, e que a Emenda melhore a Constituição do Estado. Mas poderia ficar melhor ainda, se nós tivéssemos podido estudar com mais tempo.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Para um esclarecimento. Creio que não fui bem compreendido quando o deputado Erondy Silvério quiz assim contestar o meu pronunciamento, quando eu disse na pressa da Constituição. E V. Exa. está neste momento analisando o andamento da Constituição desde o seu início.

Eu disse que o andamento apressado da aprovação, é porque a imagem de nós estarmos aprovando aqui, era outra para o povo.

Eu queria ver a pressa disso aí; aprovada para que o povo tome conhecimento do que é a Constituição em si; o que estamos aprovando e a sua execução daqui para a frente.

O tempo vencido foi prorrogado, porque cabe ao Presidente da Comissão fixar o tempo para os debates. Vencido aquele tempo, ele livremente deu mais tempo para que fôsse discutido.

O sr. deputado Armando Queiroz não ficou 20 dias, mas chegou a passar à noite quase toda, estudando, analisando todas as Emendas. Acatou emendas do MDB. Tinha uma minha que foi rejeitada; uma que foi aprovada. A sua creio que foi bem estudada. A intenção foi boa. Estamos com a nossa consciência tranquila, com o dever cumprido.

O SR. PAULO CAMARGO — Mas já fiz elogios à Comissão. Disse que o relator passou quase 20 dias sem poder dormir, para estudar, da melhor forma, a Constituição. Não combati a Comissão. Acho que a Comissão estudou com a maior sinceridade e com muito carinho a sua Constituição. Mas estranhei apenas esse açodamento; esta pressa que trouxe a nós o estranhamento, inclusive que trouxe a nós, inclusive discussões, e acarretou a saída de uma Bancada inteira do Plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que o orador tem dois minutos para concluir.

O SR. PAULO CAMARGO — Fêz, inclusive, um Deputado liberal, como é o deputado Paulo Poli, apresentar um requerimento quase que cortando a palavra dos que queriam discutir. Tudo isto em consequência deste açodamento em ver a Constituição aprovada.

Quero agradecer a atenção...

O sr. João Mansur — V. Exa. ainda não me concedeu o aparte que solicitei.

OSR. PAULO CAMARGO — Concedo o aparte ao nobre líder da ARENA

O sr. João Mansur — Quero agradecer as referências que V. Exa. fêz; quero me congratular com V. Exa. e dizer que V. Exa. mesmo vê que em tudo é preciso pressa. Quero lembrar que V. Exa. mesmo tem uma operação marcada e talvez uma vida esteja em jogo neste instante.

O SR. PAULO CAMARGO — Não está em jogo; caso contrário, eu não estaria aqui.

O sr. João Mansur — É no sentido de lembrar que talvez V. Exa. tenha que sair porque está em jogo uma vida humana.

O SR. PAULO CAMARGO — É uma operação de rotina e o doente pode esperar um pouquinho.

O sr. Antônio Costa — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). Para justificar que esta pressa na aprovação desta Emenda Constitucional caracteriza principalmente a pressa que tem o Paraná em se desenvolver. A pressa que nós, como paranaenses de tradição, temos em deixar o Paraná caracterizado, dentro dos Estados da Federação, no lugar que bem merece. Com muita propriedade o sr. deputado Erondy Silvério disse, em pronunciamento por ocasião da discussão da Emenda Constitucional, que este Governo foi o único que teve a coragem de fazer esta Emenda Constitucional. Daí depreender-se que o Governador do Estado está interessadíssimo no desenvolvimento de nosso Estado.

O SR. PAULO CAMARGO — Não vejo em que a Constituição estava travando o desenvolvimento do Estado. Mas fico satisfeito e acredito que daqui por diante o Governo vai agir com pressa, por que até agora não o fez. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Apenas para um esclarecimento.

Nós estamos discutindo uma Emenda de redação proposta pelo sr. deputado do MDB, Muggiati Filho, que afirma que o aqodamento e a pressa na votação da matéria poderiam inserir no texto da Constituição uma redação que não aquela desejada. E me permito, desta Tribuna dizer que a Emenda de redação proposta pelo sr. deputado Maggiati Filho visa corrigir a redação de uma outra Emenda, também de autoria de S. Exa., o sr. deputado Maggiati Filho. Porque da Emenda apresentada pelo sr. deputado Maggiati Filho, sob o n.º 102, constava a expressão "verificada a hipótese de falta de vaga para a mulher funcionária, não casada com funcionário público. Foi então que o próprio autor da Emenda aprovada pela Comissão Especial, que faz parte do Substitutivo por nós votado e aprovado, se apercebeu de que a redação não era ideal. E propôs, então, nessa Emenda, que esperamos que o Plenário acolha, a nova redação de "quando verificada a hipótese da falta de vaga para a mulher funcionária, cujo marido não seja servidor público, e fôr removido, ou transferido, em razão de seu emprego".

Era tão somente a forma redacional que estava em discussão, não a validade da emenda, para se incluir no texto discutido, modificação, pois que já é matéria vencida.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento que é regimental e que pede a dispensa de publicação da emenda de redação, nos termos do § segundo, do artigo 71 do Regimento Interno, a fim de ser a Emenda Constitucional promulgada ainda na sessão de hoje.

Está assim redigido o requerimento que será encaminhado à Mesa. — (Lendo):

"Senhor Presidente :

O Deputado que este subscreve, requer dispensa de publicação da Emenda de redação à Proposição n.º 15-71, nos termos do § 2.º, do art 171, do Regimento Interno, a fim de ser a Emenda Constitucional promulgada na presente sessão.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1971.

(a) Ivo Thomazoni".

Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não cabe qualquer outro comentário acerca da aprovação, por esta Casa, da Emenda proposta pelo Executivo, à Constituição do Estado. Tão somente desejava dizer isso para fazer justiça à comissão Especial que, no final de seus estudos e debates, nos ofereceu um Substitutivo Geral. Entendo que essa Comissão representou a vontade expressa da maioria dos srs. Deputados desta

Casa. Assim nós, como membros da bancada da ARENA, e representamos ao Poder Legislativo a Maioria, essa Comissão muito bem representou na Comissão Especial, pois que somos uma maioria expressiva, quando uma minoria inexpressiva numericamente, muito embora seu valor seja reconhecido por todos nós.

O Regimento Interno da Casa, a Constituição do Estado, foram respeitados em todas as oportunidades, quando tramitou por aqui esta Proposição. Porque bem disse o nobre deputado Arthur de Souza, foi dado o direito a cada um dos srs. Deputados discutirem suas Emendas; foram requeridas preferência para votação das Emendas, em todas as sessões. Se o Plenário negou a preferência, o destaque, o fez regimentalmente. Não houve violação como se quer figurar. E é triste para nós, que pertencemos a este Poder Legislativo, verificar que nem sempre as notícias dos fatos que ocorrem nesta Casa são feitas com isenção de ânimo. Sempre se diz que fizemos sessões ilegais, passíveis de nulidade. Nós estamos oferecendo, expedindo as certidões requeridas pelos membros do MDB, quando arguem ilegalidade nos interstícios. E estas certidões oferecidas asseguram à Comissão Executiva a plenitude de se defender em qualquer instância, no sentido de provarmos que não houve ilegalidade, nem aqodamento, nem pressa.

Estamos de posse da proposta de Emenda à Constituição há alguns dias. Talvez tenham sido os srs. Deputados submetidos a um regime intensivo de trabalho, fora das normas das sessões ordinárias. Mas, qual o sacrifício que não é válido para termos a condição de dizermos que o Governo do Paraná terá o documento válido que deseja para bem governar o Estado.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão do Projeto e da Emenda. Sobre a Mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, que requer dispensa de publicação para a Emenda de redação à Proposição n.º 15-71, nos termos do parágrafo 2.º, artigo 171, do Regimento Interno, a fim de ser a Emenda Constitucional promulgada na sessão de hoje. Em votação o requerimento. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur solicitando, na forma regimental, votação nominal para a Redação Final da Proposição n.º 15-71, e para a Emenda de Redação que lhe foi oferecida. Em votação o requerimento. — Aprovado.

Em votação a Emenda de Redação de autoria do sr. deputado Muggiati Filho. Solicito ao sr. 1.º Secretário a chamada dos srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos srs. Deputados)

A Mesa anuncia o resultado da votação. Votaram a favor 34 srs. Deputados. — Aprovada a Emenda por maioria superior a 2/3.

Em votação a Redação Final. Solicito ao Sr. Secretário que proceda a chamada nominal dos srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa anuncia o resultado da votação da Redação Final.

Votaram 35 srs. Deputados.

Trinta e quatro "SIM". Um "NAO".

Aprovada a Redação Final, com maioria superior a 2/3.

O SR. PRESIDENTE — Neste momento promulgamos a Emenda Constitucional recém-aprovada nos termos do art. 24, parágrafo 3.º, da Constituição do Estado.

A Emenda Constitucional receberá o n.º 3. Determino a lavratura do competente autógrafo.

(Lendo): — "A Constituição do Estado do Paraná, renovada, revitalizada pela Emenda Constitucional que, na qualidade de órgão do Poder Legislativo, neste momento histórico, acabo de promulgar, constitui-se, hoje, no alicerce da autenticidade das nossas instituições políticas.

Desde a memorável constituinte de 1947, que o Paraná não sente este Poder Legislativo na plenitude de sua vitalidade, na vibrante pulsação das idéias, das opiniões.

A legitimidade da renovação do texto constitucional, não resulta apenas de sua harmonia com as disposições substantivas, nem somente de sua conformação com os requisitos adjetivos das normas disciplinadoras, mas se origina das profundas análises, do calor dos intensos debates a que foi, democraticamente, submetida.

Por esses motivos, desejo congratular-me com os nobres representantes do povo, como Governo do Estado, com o Poder Judiciário e com a laboriosa população paranaense, pelo êxito de mais este empreendimento de interesse fundamental da coletividade”.

A Mesa convida todos os srs. Deputados a comparecerem ao Gabinete da Presidência, logo após o término da sessão, quando teremos a honra de receber S. Exa., o sr. Haroldo Leon Peres, que virá a esta Casa para prestigiar este acontecimento tão importante para a História do Estado do Paraná.

Levanta-se a sessão.